

O racismo de Alberto Fernandez legitima a despossessão dos Povos Indígenas

Via [Marabunta](#)

A ideia de que somos descendentes de navios, repetida até o cansaço e hoje dita pelo presidente Alberto Fernández, esconde o genocídio sobre o qual se funda a sociedade argentina. É um discurso que carrega uma matriz colonial que não são apenas palavras: é expresso em uma violência específica nos territórios indígenas hoje subjugados pelo extrativismo. Diante de suas desculpas, onde você assinala que os imigrantes viveram com “nossos” povos nativos, nós lhe dizemos: os Povos Indígenas existem, não somos “seus” e hoje dezenas de comunidades estão se erguendo de sua autonomia territorial.

“Os mexicanos vieram dos índios, os brasileiros vieram da selva, mas nós, argentinos, viemos dos navios. Eram navios que vinham da Europa e foi assim que construímos nossa sociedade. As declarações de Alberto Fernández, embora ele tenha tentado se desculpar mais tarde, fazem menção a uma ferida antiga. Durante sua formação no século XIX, o Estado argentino realizou um genocídio que procurou exterminar as populações indígenas que habitaram ancestralmente estes territórios, hoje chamados Argentina, através de massacres que duraram até o século XX. A negação desta memória tem um objetivo concreto, que é a recusa de reparar a dívida histórica que o Estado mantém com os Povos Indígenas.

Este é um discurso racista que supera o governo atual. Em 2015, Cristina Fernandez havia assinalado que “todos nós sentados nesta mesa não somos povos nativos da Argentina;

somos filhos, netos, bisnetos de imigrantes”. Porque este é a Argentina: um país de imigrantes”. Dois anos depois, no Fórum de Davos, Mauricio Macri disse que “na América do Sul somos todos descendentes de europeus”. O colonialismo crioulo não tem rachaduras porque para as elites brancas os indígenas são quase invisíveis. E se ela existe, é algo inferior ao branco. O que Sarmiento chamou de índios bárbaros, sob a mesma matriz de pensamento, é atualizado com a ideia de que os indígenas são preguiçosos, ou que não sabem como explorar suas terras. Uma fase mais elevada desta discriminação é a ideia do “terrorista mapuche”.

Esta matriz colonial de pensamento não é apenas uma questão de simbolismo ou discriminação. É a base que legitima a despossessão dos direitos indígenas. Se não existimos, então nossas terras podem ser tiradas. Se não há dívida histórica, então não há necessidade de reparações. É por isso que os territórios indígenas estão hoje na linha de frente do impacto do extrativismo. Fracking, mega-mineração, desmatamento, fumigação, transformaram territórios indígenas em zonas de sacrifício.

O discurso de Alberto Fernández revela o fracasso absoluto da política neoliberal multiculturalista seguida pelos governos desde os anos 90. As diferentes políticas sobre questões indígenas foram subordinadas às políticas de “desenvolvimento”, os direitos se tornaram letra morta, e os poucos reconhecimentos foram baseados na folclorização dos povos, usando-nos como ornamento.

Devemos avançar em uma política indígena que se baseie no respeito efetivo dos direitos. O direito à saúde intercultural; à consulta livre, prévia e informada; à educação intercultural bilíngüe; ao desenvolvimento da comunicação indígena; à justiça indígena; e a uma série de exigências que nós, os povos, temos levantado durante as últimas décadas. Estes estão condensados na necessidade de respeitar os direitos territoriais e de progredir na pesquisa

prevista pela Lei 26.160, que se cristaliza na reparação da propriedade comunitária indígena.

É urgente lutar pela defesa das identidades e de sua história diante de um sistema capitalista e heteropatriarcal que simplifica tudo, escondendo e violando as diferenças para avançar na pilhagem dos povos e de suas culturas. De Marabunta lutamos para que a partir da articulação destas autonomias territoriais possamos projetar a plurinacionalidade a partir de uma perspectiva eco-socialista e feminista. Porque o Poder Popular também é construído a partir das comunidades indígenas, com nossas vozes que ressoam resistindo.

Liberdade para o Lonko Facundo Jones Huala

Justiça para Javier Chocobar, Rafael Nawel, Santiago Maldonado e todos os irmãos e irmãs indígenas assassinados.